

# Desmontando a Ditadura: o governo de Ernesto Geisel

Bruno Sobroza Duarte\*

## 1 – Introdução

O presente artigo apresenta uma postura diferenciada sobre o Presidente Ernesto Geisel. Não se limita em apresentá-lo como político, como comumente ocorre em obras didáticas e em textos acadêmicos. O objetivo deste artigo é abordar características não só do Geisel político, como também do Geisel homem. Busca-se aqui abordar uma nova visão do Golpe Civil – Militar de 1964 e da política de distensão, especialmente sob a ótica do próprio Ernesto Geisel. Tais objetivos são perseguidos por meio da análise da obra/entrevista dos autores Maria Celina D'Araujo e Celso Castro (1997) e da obra de Lúcia Grinberg (2009).

## 2 - Geisel: O Político

Aqui trataremos sobre a postura política de Ernesto Geisel. Sua vida política teve início logo após a Revolução de 1930. Neste período recebeu ordens do Exército para encaminhar ao Nordeste Brasileiro, especificamente para o estado da Paraíba, sua bateria de Artilharia que tinha como o objetivo reforçar a guarnição militar daquela região. Foi a primeira vez que viajou para o Nordeste e onde observou as grandes diferenças regionais brasileiras.

Na Paraíba foi designado, pelo Interventor Antenor Navarro, membro do Conselho Consultivo da Paraíba, o que se deu através de decreto assinado por Getúlio Vargas e referendado por Osvaldo Aranha, na época Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil. Tal órgão substituíu o poder legislativo inexistente nos estados até

---

\* Licenciado em História, Pós Graduado em História Moderna e Contemporânea e em Gestão Escolar pela UFES. Aluno especial do Mestrado em História Social das Relações Políticas da UFES.

aquele momento. Nessa época, Geisel, se enfrontou em muitas coisas sobre a Paraíba e sua administração, tornando-se também Secretário da Fazenda no governo do Interventor Gratuliano de Brito (PB) no período de 1932 a 1935. Segundo Geisel, a Paraíba foi uma “escola de governo”.

Após 1935 voltou para o Rio de Janeiro onde retomou sua vida militar. Mesmo longe do governo, teve muitas influências nas decisões políticas daquele período histórico como no combate a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a chamada Intentona Comunista de 1935 e no apoio à implantação da ditadura Estado Novo em 1937. Para Geisel, o Estado Novo foi positivo, pois pacificaria os movimentos rebeldes existente no Brasil a partir de um Estado forte.

No início do Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), Geisel assumiu a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Este era um órgão de assessoramento do Presidente da República nos assuntos relacionados à segurança nacional.

Segundo Geisel, Dutra foi um governante que manteve a tranquilidade dentro do país, porém passível de muitas críticas.

*(...) Teve atitudes positivas, fechou o Partido Comunista, mas seu governo foi relativamente medíocre. Era o governo da legalidade, daquela história que se conta, que o Dutra sempre consultava o “livrinho” da constituição (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 99).*

Com a posse do Vice-Presidente Café Filho, devido ao suicídio de Vargas ocorrido em 1954, Geisel tomou posse do gabinete militar participando da transição desse governo, ficando no cargo até a posse do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) período em que retornou ao Rio de Janeiro, pois afirmava que sua função política havia terminado ali. Porém através de pesquisas realizadas por Maria Celina de Araújo e Celso Castro tornou-se clara a incompatibilidade de idéias existentes entre o então presidente e o militar Ernesto Geisel.

Com relação ao governo de Juscelino Kubitschek, afirmava Geisel:

*“Seu governo realizou muita coisa positiva mas também criou problemas muito sérios. Fui contra, e ainda acho que foi um erro, a construção da capital em Brasília. Os surtos inflacionários que o Brasil está sofrendo*

*começaram no Governo de Juscelino. (...) a construção de Brasília, em curto espaço de tempo, sem uma prévia preparação, inclusive de suprimento dos materiais necessários para inaugurar em um determinado dia, elevou o seu custo extraordinariamente. (...) Não se fez uma infra - estrutura preliminar, uma base para poder construir a cidade. Então tudo era transportado em avião, em caminhão, a longa distância” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 131 -132).*

Para Geisel a construção de Brasília não apresentava uma estrutura funcional, como afirmou:

*(...) funcionou mal. O Congresso, por exemplo, tem número para funcionar apenas dois dias na semana, porque nos demais dias os congressistas estão viajando para os estados. Continuo a achar que não foi uma boa solução (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 132).*

A crítica a Juscelino Kubitschek não se concentra apenas na construção de Brasília. Geisel critica a política desenvolvimentista do então presidente, principalmente quando se tratava da concentração industrial em São Paulo. Segundo Geisel, Juscelino Kubitschek não se preocupou com o desenvolvimento industrial de outras regiões brasileiras, o que colaborou, segundo ele, para a desigualdade regional do país.

Com relação às eleições de 1960, Geisel a criticou duramente, afirmando ter sido desorganizada e cheias de anomalias.

*“Houve, aliás, um procedimento indigno durante a campanha eleitoral de 1960. Naquela ocasião, a eleição do presidente era separada da do vice-presidente. Havia um candidato a vice na chapa da UDN e da coalizão janista que era o mineiro Milton Campos. Jânio, arditamente, ao invés de apoiá-lo, fez um acordo com a corrente do Jango, aceitou a propaganda do voto jan-jan, para desse modo assegurar sua vitória na eleição. E assim Jango foi eleito vice-presidente. Era uma anomalia dentro do sistema, que gerou grande descontentamento” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 141).*

## **2.1 - Geisel e a memória da Revolução de 1964**

A Revolução de 1964, para Ernesto Geisel, esteve relacionada às condições de governo do Presidente Jânio Quadros (1961), uma vez que este não possuía características de lideranças, embora tivesse o apoio das forças armadas. O apoio do Exército a Jânio Quadros se dava à rejeição da possibilidade do Vice Presidente da República, João Goulart (conhecido como Jango) vir a assumir a presidência.

A discussão sobre a posse de Jango criou um clima de instabilidade no país. Havia muitos pontos de vista antagônicos sobre a legalidade de sua posse e da segurança nacional, uma vez que existia à ameaça do avanço comunista.

O veto a João Goulart ocorreu por vários motivos. De acordo com Geisel as semelhanças entre Jango e Vargas traziam receios a alguns grupos políticos e partes dos militares, além disto, a nação precisa de um governo forte, capaz de anular a ameaça comunista, bem como manter o desenvolvimento em andamento, e João Goulart era “um homem fraco, dominado pelas esquerdas” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 141).

Após a posse de Jango, Geisel se exonerou do Comando Militar e voltou novamente o Rio de Janeiro. Ficou isolado durante meses até que em Fevereiro de 1962 foi para o Paraná comandar a 5ª região militar.

Segundo Geisel, as conspirações da Revolução de 1964 começaram a tomar maior vulto quando Jango, após o plebiscito, derrubou o Parlamentarismo. Neste período, o então presidente passou a ser dominado pelos líderes sindicais. Somado a tudo isso, vieram as “Reformas de Base” e o “apoio” que Jango deu à “Manifestação dos Sargentos”, demonstrando nenhum senso de desrespeito às hierarquias do Exército, algo inconcebível na visão de um militar.

Em seu depoimento para os autores, Geisel afirmou que os militares não estavam sozinhos no propósito da Revolução de 1964, tanto que a mesma obteve o apoio popular e religioso, envolvendo assim toda a nação. Assim, a Revolução de 1964 não foi um golpe militar, mas um movimento político, militar e popular.

Geisel não se limitou a criticar apenas os governos civis. Em sua entrevista à D’Araújo e Castro, ele ainda expõe seu ponto de vista sobre os governos militares que o antecedeu.

Após a retirada de Jango da presidência não havia um consenso entre os militares sobre quem o substituiria. Dois nomes passaram a ser discutidos pelo Comando das Forças Armadas: marechal Humberto de Alencar Castello Branco e Arthur da Costa e Silva. Para Geisel “Castello tinha muito mais nome no exército e nas forças armadas do que Costa e Silva” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 166).

Com a morte de Costa e Silva aconteceu o verdadeiro golpe militar, afirma Geisel. Segundo ele:

*“Fala-se em golpe de 64, mas o golpe realmente foi dado quando impediram Pedro Aleixo de tomar posse. Porque Pedro Aleixo não assumiu? Porque era um político, e fora o único membro do governo a votar contra o AI – 5. Achavam que ele não ia dar conta do problema. A primeira coisa que haveria de querer era derrubar o AI – 5. Por isso, concluíram que não podiam assumir” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 210).*

Uma Junta Militar se reuniu para escolher um nome para suceder Costa e Silva, e o nome de consenso foi o de Emílio Garrastazu Médici (1970-1974). Durante o governo Médici houve muitas “ações subversivas”, mas o mesmo soube conter esses movimentos em prol do desenvolvimento do país. Apesar de estarem “colhendo os frutos plantados no Governo de Castelo Branco”, foi nesse período que o país deu um impulso rumo ao desenvolvimento.

Além de apresentar seu ponto de vista acerca dos governos militares, Geisel também discorre sobre alguns temas relevantes em sua entrevista, tais como, a anistia, a imprensa, a presença do Estado na economia, educação, concentração de renda e reforma agrária.

Com relação à imprensa e ao projeto de Anistia Política, Geisel afirmou que eram “muito tendenciosas e infiltradas pela esquerda”. Não queria com isso justificar a tortura, mas reconhecer que há circunstâncias em que é preciso usar a tortura, principalmente para obter confissões, afirmou Geisel na entrevista.

Em se tratando do Estado, defendia um Estado forte e interventor. Argumentava que só a partir de 1930 que o Brasil deu início ao seu desenvolvimento econômico, isso graças a um estado interventor e forte. A estatização foi necessária para desenvolver o país, defendia Geisel.

Ao falar da Educação, defendeu a tese da distribuição de responsabilidades entre municípios, estados e governo federal, pois para Geisel a carga sempre recai sobre o governo federal. Para ele, uma das questões mais importantes era a da educação. Para ele o governo não poderia ser responsabilizado sozinho.

Para Geisel a idéia que vigora no Brasil de que é necessário tirar dos ricos para distribuir aos pobres levaria o país a um estado de pobreza. A solução, afirmava, estava em promover o desenvolvimento do país.

Com relação a reforma agrária, afirmava que o problema deveria ser encarado em sua complexidade.

*“Dar, simplesmente, a terra ao agricultor não é suficiente. É necessário assentá-lo com sua família, é preciso dar-lhe casa para morar. Ele necessita de sementes, ferramentas e muitas outras coisas. Precisa ter vaca para produzir o leite (...), além da terra, tem que haver muito dispêndio de recursos, inclusive financeiro. Além disso, deve-se considerar que o problema da pequena propriedade, por si, não é uma solução adequada”* (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 329).

### **3. Geisel no Governo e as “aberturas”**

Geisel assumiu a presidência em 1974, permanecendo no poder até o ano de 1979. Embora ainda admitisse as mesmas ameaças comunistas e a corrupção no governo, Geisel assumiu a presidência já com o intuito de realizar uma abertura política gradual, onde um civil pudesse vir a governar o Brasil.

Teve durante todo seu governo, comportamentos particulares e posturas ímpares. O que gerou muitos conflitos e discórdias entre amigos, aliados e familiares, como, por exemplo, o rompimento com o irmão Orlando Geisel, por não tê-lo convidado a ser Ministro da Guerra.

Geisel parecia ter uma postura ética em relação à escolha dos ministros.

*“Acho que governo não se faz com família nem com amigos. Pode-se fazer amigos no governo: os ministros, muitos dos quais eu antes não conhecia, tornaram-se meus amigos. Mas levar alguém para o governo só porque é amigo? Não. Para o governo devem ir pessoas qualificadas pelas condições culturais, pela tradição, pela educação, pela probidade, e assim por diante.”* (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 270-271).

Para Geisel, o problema fundamental referente à escolha de seu sucessor estava em “assegurar a tranquilidade na abertura”. Achava que um civil, naquele momento, não teria forças para coordenar a transição de um governo militar para um governo civil. Diante desta situação, segundo Geisel, a solução mais acertada foi à nomeação do General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985).

Geisel era contrário às eleições diretas, afirmando que “o Brasil não tinha maturidade nem educação para essa realidade, estando em um nível cultural e econômico muito baixo”. Geisel afirma que a democracia plena no Brasil é uma “ficção”.

Segundo Grinberg (2009), Geisel desprestigiava os políticos. Em primeiro lugar preservou o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), o que, na prática, significava a ausência da

imunidade parlamentar. Em segundo lugar, o governo Geisel impedia o livre debate ao manter a lei da fidelidade partidária, que obrigava os parlamentares da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) a votarem sempre de acordo com o Executivo. Ao longo de 1975, em diversas ocasiões, o general Geisel fez declarações criticando a ARENA. Ao mesmo tempo em que solicitava a sua ajuda para promover a distensão, desqualificava o partido, chamando-o de tímido e sem iniciativa.

Ao longo de seu governo, Geisel recorreu diversas vezes às prerrogativas que o AI-5 garantia ao presidente da República: Cassou mandatos, decretou intervenção na prefeitura de Rio Branco/AC e o recesso do Congresso Nacional. Em depoimentos na década de 1990, Geisel afirmou “não morrer de amores pelo AI -5”, mas justificou-o como “instrumento fundamental na consecução de seu projeto de abertura” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997). Na visão dos militares, era recorrente a idéia de que a pressão da oposição atrapalhava a abertura, levando o governo a retrocessos, como o uso do AI-5.

A autonomia do legislativo foi atingida no governo Geisel através da cassação de parlamentares em diversas ocasiões. De 1974 a 1976, Geisel usou diversas vezes o AI-5, provocando revolta na oposição e causando embaraços entre os governistas mais liberais. Mas a aplicação do AI-5 que explicitou mais claramente as contradições do regime aconteceu em 01/04/1977, quando o presidente decretou o recesso do Congresso Nacional.

O governo Geisel procurou canalizar o debate sobre a transição para o Congresso Nacional, substituindo a legislação criada a partir de 1964 por normas mais liberais. O Executivo parecia estar valorizando o Legislativo ao enviar os principais projetos de reformas políticas para discussão e votação no plenário. Mas, ao mesmo tempo, quando o Parlamento deu sinais de vitalidade, Geisel cassou deputados federais e não hesitou em fechar o Congresso.

Em Outubro de 1976, Geisel enviou ao legislativo um projeto de reforma do poder judiciário, no entanto, o debate parlamentar tornou-se mais amplo e profundo do que o Executivo pretendia. Entre as alterações propostas pelo Legislativo estava à devolução ao Supremo Tribunal Federal (STF) o poder de julgar qualquer hábeas corpus. O governo não aceitou tais modificações.

Desde o decreto do AI-5, o Congresso Nacional não fora fechado novamente. Nesse processo de transição, o Executivo parecia almejar a aprovação de seus projetos,

mas sem maiores contribuições dos políticos, centralizando as decisões no palácio do Planalto. Uma vez fechado o Congresso Nacional, as emendas constitucionais foram redigidas por uma comissão na chácara do Riacho Fundo.

Durante o recesso parlamentar, o Executivo editou alguns decretos e as Emendas Constitucionais nº 7 e 8, sendo a primeira relativa à Reforma do Poder Judiciário e a segunda à legislação eleitoral, conhecidas como o “pacote de abril”: o mandato do presidente da República passava a ser de seis anos, os governadores continuavam sendo eleitos indiretamente por um colégio de deputados estaduais e delegados da Câmara de vereadores, um em cada três senadores passava a ser eleito indiretamente e a lei Falcão era estendida a todas as eleições diretas. O congresso permaneceu fechado durante 14 dias, reabrindo sob o impacto dessa nova situação.

Em julho de 1978, o presidente Geisel enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 203, um projeto de emenda constitucional que previa a revogação dos atos institucionais e complementares no que contrariasse a Constituição. Tais medidas resultavam no restabelecimento do instituto do hábeas corpus, assim como das garantias constitucionais ou legais da vitaliciedade e estabilidade. Além disso, previa-se a extinção da competência atribuída ao presidente da República para declarar o recesso do Congresso Nacional, decretar a intervenção nos estados e municípios, suspender os direitos políticos de qualquer cidadão e cassar mandatos eletivos.

Sobre a transição política, Geisel preferia assegurar a tranquilidade na abertura. Achava que um civil, naquele momento, não teria forças para controlar os anseios da oposição, que eram muitos. A oposição foi à responsável pela abertura lenta e o fortalecimento da linha dura.

*“a oposição tendo crescido, se tornou mais virulenta e essa virulência gerou uma reação e um fortalecimento da linha dura. Se a oposição tivesse uma melhor compreensão das minhas intenções e fosse menos radical, talvez se conduzisse de outra forma”.*(D’ARAUJO; CASTRO, 1997,p.383).

Diante disso, segundo Geisel, a solução foi um militar, mais especificamente o General Figueiredo.



#### **4 - Considerações Finais**

Ao buscar entender o pensamento de Geisel, foi possível compreender melhor suas ações, especialmente aquelas que marcaram a História do país. Em outras palavras: Conhecer o Ernesto possibilitou compreender melhor as ações e idéias do General Geisel.

Geisel muito contribuiu durante as entrevistas. Claro que em alguns momentos, como político experiente, conseguia se esquivar de algumas perguntas ou mesmo dizer que estava longe dos acontecimentos.

Não podemos deixar de relatar o privilégio que Maria Celina D' Araújo e Celso Castro tiveram ao conseguir entrevistá-lo. Não se tratou meramente de ter sido escrito um livro. Não se tratou de histórias contadas por terceiros, mas de fatos relatados pela própria fonte histórica. Geisel era, no momento, a fonte primária da história. Trata-se uma narrativa de uma personalidade integrada aos fatos (às vezes sedo o próprio fato), mesmo quando não os quis relatar detalhadamente.

A obra de Maria Celina D' Araújo e Celso Castro é sem dúvida um documento ímpar: interessante, envolvente e revelador. Revelador de um homem sob o estigma de mito seja ele, vilão, mocinho ou as duas coisas.

#### **Referência Bibliográfica**

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Ernesto Geisel**. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GRINBERG, Lucia. Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. RJ. Mauad, 2009.